

# Taxas Inconsistentes das Telecomunicações

Dr. Eng.º Hermínio Duarte-Ramos

Um homem que gosta de produzir, mesmo que tenha preocupações de bem administrar economicamente, acaba por considerar as questões financeiras em segunda prioridade, pelo menos aquelas que se repercutem nos resultados globais a curto prazo. Estou a rever-me neste pensamento, embora o racionalismo e a aprendizagem me possam dar aparentes características diferenciadas. No íntimo, talvez possua algum estímulo interno para desprezar as «pequenas coisas» ligadas ao dinheiro, já que os estímulos externos impostos como regras societais provocam-me uma certa dose de alergia, sobretudo no universo pessoal.

Estou a lembrar-me do riso que me assalta quando vejo as pessoas em corrida desenfreada (darei, desumana) atrás dos pontos percentuais prometidos por esta ou aquela conta bancária. Chegam-me à lembrança os truques que um ou outro inventa para fugir ao fisco, na verdade todo ele arbitrário e moralmente errado se não for aproveitado em be-

nefício da sociedade e dos mais carecidos.

É claro que estou a falar como profissional da produção de ideias científicas ou de produtos tecnológicos ou artísticos. Os profissionais das taxas mal conseguirão entender este ponto de vista. Muito menos aqueles que dependem de «taxos» ligados às taxas. Mas são estes que mais se esforçam e causticam.

Vem tudo isto a propósito de um caso real, relacionado com as telecomunicações, a chamada taxa de televisão. O governo teve a feliz ideia de acabar com tão incompreensível pagadeira. De facto, não se percebe que um cidadão seja forçado a pagar periodicamente uma certa quantia para manter um «serviço público» que nos afronta constantemente com anúncios implacáveis. A lei da livre concorrência, neste caso, teve o condão de evidenciar a flagrante incongruência legislativa.

Note-se que a mesma inconsistência persiste na radiodifusão.

Ora aconteceu que durante anos fui recebendo avisos de falta de paga-

mento da taxa de televisão na morada que utilizo para produzir a minha obra, longe do mundo intromissor das rádios e das televisões, recolhido na concentração possível sobre temas que me proponho desbravar. Este genuíno gabinete de ciência e arte é um ninho de concepções tecnológicas e económicas, um atelier de grafismos e artes plásticas, um local privado e isolado das populações societais. É um espaço alto, debruçado sobre o Tejo azulado, de um lado, e o verdejante parque de Monsanto, do outro. Isento de ruídos estranhos ao pensamento, purificado de intromissões perturbantes na ligação entre o raciocínio e a estética.

Neste ambiente de produção intelectual das múltiplas realidades que me envolvem excludo voluntariamente as comunicações públicas. Quem quizer comunicar comigo tem muitas oportunidades quando comunico com os outros.

Assim sendo, como se percebe que seja agora obrigado, por força de uma perturbação externa ao meu mundo exis-

tencial, a pagar, com juros de mora e todas as custas agravantes, uma taxa de TV, ela já de si questionável e até enterada no fosso do esquecimento?

É esta a zanga que me dá hoje, por razões que me assistem, mas que não vou evocar superiormente. Pagarei, sim senhores, como desejam, pois fica tudo muito mais simples.

Tão vulgar conclusão deve no entanto ser complementada com o discurso da impotência societal. São milhares, milhões os cidadãos anónimos que se sentem igualmente incapazes de reagir eficazmente perante tais chagas societais.

Só quem de direito e no lugar próprio consegue corrigir esses defeitos. Desde que queira. O caso televisivo recebeu o tratamento adequado. Mas o radiofónico ainda persiste. Deve haver alguém de direito e em lugar adequado para proceder à correcção da deficiência. Só que ainda não quiz.

Entretanto todos vamos pagando a electricidade com um bonus especial, apesar de lá em casa a minha mulher sintonizar invariavelmente a T.S.F., uma estação emissora privada que não beneficia das taxas. Coisas da vida, fora do âmbito tecnológico: dentro do foro económico. Ou filosófico? ■